

**No. 50143\***

---

**Argentina  
and  
Cape Verde**

**Agreement on scientific and technical cooperation between the Government of the Argentine Republic and the Government of the Republic of Cape Verde. Buenos Aires, 29 April 1987**

**Entry into force:** *9 August 2012 by notification, in accordance with article XII*

**Authentic texts:** *Portuguese and Spanish*

**Registration with the Secretariat of the United Nations:** *Argentina, 5 October 2012*

*\*No UNTS volume number has yet been determined for this record. The Text(s) reproduced below, if attached, are the authentic texts of the agreement /action attachment as submitted for registration and publication to the Secretariat. For ease of reference they were sequentially paginated. Translations, if attached, are not final and are provided for information only.*

---

**Argentine  
et  
Cap-Vert**

**Accord relatif à la coopération scientifique et technique entre le Gouvernement de la République Argentine et le Gouvernement de la République du Cap-Vert. Buenos Aires, 29 avril 1987**

**Entrée en vigueur :** *9 août 2012 par notification, conformément à l'article XII*

**Textes authentiques :** *portugais et espagnol*

**Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies :** *Argentine, 5 octobre 2012*

*\* Numéro de volume RTNU n'a pas encore été établie pour ce dossier. Les textes reproduits ci-dessous, s'ils sont disponibles, sont les textes authentiques de l'accord/pièce jointe d'action tel que soumises pour l'enregistrement et publication au Secrétariat. Pour référence, ils ont été présentés sous forme de la pagination consécutive. Les traductions, s'ils sont inclus, ne sont pas en form finale et sont fournies uniquement à titre d'information.*

[ PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS ]

ACORDO  
DE  
COOPERACAO E CIENTIFICA E TECNICA  
ENTRE  
O GOVERNO DA REPUBLICA ARGENTINA  
E  
O GOVERNO DA REPUBLICA DE CABO VERDE

O Governo da República Argentina e o Governo da República de Cabo Verde,

Desejosos de consolidar e intensificar as relações de amizade existentes entre ambos os países,

Reconhecendo as vantagens que derivam para os mesmos de uma cooperação mais estreita neste campo,

Acordaram o seguinte:

Artigo I

Ambas as Partes comprometem-se, dentro de um espírito de solidariedade, a cooperar e ajudar-se mutuamente com o fim de promover o desenvolvimento científico e técnico dos dois países.

Artigo II

Com o fim de realizar os objetivos previstos nas disposições acima, a cooperação entre ambas as Partes abrangerá todos os campos científicos e técnicos que venham a ser objecto sido objeto de acordos complementares e, nomeadamente, a execução de programas e projetos que visem incrementar:

A) O progresso da pesquisa científica básica e aplicada e o desenvolvimento da tecnologia que resultar desta pesquisa, bem como o aperfeiçoamento da tecnologia existente.

B) O fortalecimento da cooperação entre organismos e instituições dos sectores público ou privado dos dois países, especializados nos campos da ciência e da técnica.

### Artigo III

Na execução do presente Acordo, as Partes Contratantes acordam o seguinte:

A) O intercambio e a transmissão de informação e de dados científicos e técnicos e de patentes e licenças tendo em conta o estipulado no artigo V;

B) O intercambio e a formação de pessoal científico, técnico e especializado (pessoal denominado adiante "perito");

C) A troca e o privimento de bens, materiais, equipamentos e serviços;

D) A organização de cursos e seminários sobre problemas de interesse comum; e,

E) A criação, execução e utilização de instalações de ordem científica e técnica, de centros de ensaio e de produção experimental.

### Artigo IV

Em cada caso específico, as condições da cooperação científica e técnica serão fixadas por ambos os Governos em acordos complementares ajustados através da via diplomática.

### Artigo V

As Partes Contratantes, conforme as suas legislações, favorecerão

o intercambio e a utilização da tecnologia patenteada ou não patenteada, que pertença a pessoas físicas ou jurídicas de cada Parte, estabelecidas no seu respectivo território.

#### Artigo VI

As Partes Contratantes, conforme as suas legislações, favorecerão a participação dos organismos e das instituições privadas de uma e outra nos programas e projetos de cooperação previstos no presente Acordo, a qual terá lugar no quadro dos acordos complementares mencionados no Artigo IV.

#### Artigo VII

1.- Os peritos que serão enviados em virtude do presente Acordo receberão por parte do Governo de outro país todas as facilidades necessárias para o cumprimento de sua missão, nos termos das leis e regulamentos vigentes.

2.- A execução de todas as actividades previstas no quadro do presente Acordo levar-se-á a efeito conforme os acordos complementares mencionados no Artigo IV.

#### Artigo VIII

Os programas, e os projetos deles decorrentes, suscetíveis de financiamento e que tenham que ser executadas numa das Partes Contratantes, poderão ser financiados conforme a sua regulamentação pelo Banco Central da outra Parte Contratante.

#### Artigo IX

As Partes Contratantes acordaram a criação de uma Comissão Mista Científica e Técnica que estará encarregada de analisar e fomentar a aplicação do presente Acordo e dos acordos complementares mencionados no

Artigo IV, bem como de trocar informações que digam respeito à execução dos programas e projetos de interesse comun.

Esta Comissão, que se reunirá alternativamente em um e outro país a pedido de uma das Partes Contratantes pela via diplomática, será constituída por representantes dos dois Governos e, caso necessário, por representantes do sector privado.

A citada Comissão poderá propor todas as medidas que visem favorecer a cooperação científica e técnica entre os dois países e resolver as dificuldades que possam surgir em consequência da aplicação das disposições do presente Acordo.

#### Artigo X

De comun acordo e caso se julge necessário, as Partes Contratantes poderão convidar organizações e instituições de um terceiro país ou de organizações internacionais a participar nos programas ou projetos de cooperação, conforme os termos deste Acordo. Ainda poderão convidá-los para que concorram com a sua contribuição a estes programas e projectos.

#### Artigo XI

As Partes Contratantes designarão em seus respectivos países o órgão que estará encarregado de coordenar as actividades que em seu âmbito interno devam ser executadas no quadro da aplicação do presente Acordo.

#### Artigo XII

O presente Acordo entrará em vigor na data da troca dos seus instrumentos de ratificação e terá a duração de cinco anos, prorrogáveis automaticamente por períodos de um ano salvo que uma das Partes Contratantes o denuncie por escrito seis meses antes do término.

Em caso de denúncia, os programas e projectos em execução

contemplados nos acordos complementares mencionados já concluídos, continuarão regendo-se pelas disposições do presente Acordo até à sua finalização.

FEITO em Buenos Aires, aos vinte e nove dias do mes de abril de mil novecentos e oitenta e sete, em duas vias originais em idioma espanhol e português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA  
REPUBLICA ARGENTINA

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized 'C' or similar character, with a horizontal line extending to the right.

PELO GOVERNO DA  
REPUBLICA DE CABO VERDE

A handwritten signature in black ink, clearly legible as 'Silvina Frederico'.

[ SPANISH TEXT - TEXTE ESPAGNOL ]

ACUERDO  
DE  
COOPERACION CIENTIFICA Y TECNICA  
ENTRE  
EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA ARGENTINA  
Y  
EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA DE CABO VERDE

El Gobierno de la República de la República Argentina y el  
Gobierno de la República de Cabo Verde,

Deseosos de consolidar e intensificar las amistosas relaciones  
existentes entre ambos países,

Reconociendo las ventajas que se derivan para los mismos de una  
cooperación más estrecha en este campo,

Han convenido lo siguiente:

Artículo I

Ambas Partes se comprometen, dentro de un espíritu de solidaridad,  
a cooperar y ayudarse mutuamente con el fin de promover el desarrollo  
científico y técnico de los dos países.

Artículo II

Con el fin de realizar los objetivos previstos por las  
disposiciones precedentes, la cooperación entre ambas Partes abarcará todos  
los campos científicos y técnicos que hayan sido objeto de acuerdos  
complementarios y, en particular, la ejecución de programas y proyectos  
tendientes a incrementar:

A) El progreso de la investigación científica básica y aplicada y

el desarrollo de la tecnología que resulte de esta investigación, así como el perfeccionamiento de la tecnología existente.

B) El fortalecimiento de la cooperación entre organismos e instituciones de los sectores público o privado de los dos países, especializados en los campos de la ciencia y técnica.

#### Artículo III

En ejecución del presente Acuerdo, las Partes Contratantes convienen lo siguiente:

A) El intercambio y la transmisión de información y de datos científicos y técnicos y de patentes y licencias teniendo en cuenta lo estipulado en el Artículo V;

B) El intercambio y la formación de personal científico, técnico y especializado (personal denominado en adelante "expertos");

C) El intercambio y la provisión de bienes, materiales, equipos y servicios;

D) La organización de cursos y seminarios sobre problemas de interés común, y;

E) La creación, ejecución y utilización de instalaciones de orden científico y técnico, de centros de ensayo y de producción experimental.

#### Artículo IV

En cada caso específico, las condiciones de la cooperación científica y técnica serán fijadas por ambos Gobiernos en acuerdos complementarios concertados a través de la vía diplomática.

#### Artículo V

Las Partes Contratantes, conforme a sus legislaciones, favorecerán el intercambio y la utilización de la tecnología patentada o no patentada,



que pertenezca a personas físicas o jurídicas de cada Parte, establecidas en su respectivo territorio.

#### Artículo VI

Las Partes Contratantes, conforme a sus respectivas legislaciones, favorecerán la participación de los organismos y de las instituciones privadas de una y otra en los programas y proyectos de cooperación previstos en el presente Acuerdo, la que tendrá lugar en el marco de los acuerdos complementarios mencionados en el Artículo IV.

#### Artículo VII

1.- Los expertos que serán enviados en virtud del presente Acuerdo recibirán por parte del Gobierno del otro país todas las facilidades necesarias para el cumplimiento de su misión, en el marco de las leyes y reglamentos vigentes.

2.- La ejecución de todas las actividades previstas en el marco del presente Acuerdo se llevará a cabo conforme a los acuerdos complementarios mencionados en el Artículo IV.

#### Artículo VIII

Los programas y los proyectos sobre las actividades que se derivan de aquellos, susceptibles de financiación y que tengan que ser ejecutadas en una de las Partes Contratantes, podrán ser financiados conforme a su reglamentación por el Banco Central de la otra Parte Contratante.

#### Artículo IX

Las Partes Contratantes han convenido la creación de una Comisión Mixta Científica y Técnica que estará encargada de analizar y fomentar la

aplicación del presente Acuerdo y de los acuerdos complementarios mencionados en el Artículo IV, así como de intercambiar informaciones que se refieran a la ejecución de los programas y proyectos de interés común.

Esta Comisión, que se reunirá alternativamente en uno y otro país a pedido de una de las Partes Contratantes por la vía diplomática, estará constituida por representantes de los dos Gobiernos y, en caso necesario, por representantes del sector privado.

La citada Comisión podrá proponer todas aquellas medidas que tiendan a favorecer la cooperación científica y técnica entre los dos países y resolver las dificultades que puedan surgir como consecuencia de la aplicación de las disposiciones del presente Acuerdo.

#### Artículo X

De común acuerdo y de juzgarlo necesario, las Partes Contratantes podrán invitar a organizaciones e instituciones de un tercer país o de organizaciones internacionales a que participen en los programas o proyectos de cooperación, conforme a los términos de este Acuerdo. Asimismo podrán invitarlos a que aporten su contribución a estos programas y proyectos.

#### Artículo XI

Las Partes Contratantes designarán en sus respectivos países el organismo que estará encargado de coordinar las actividades que en su ámbito interno deban ser ejecutadas en el marco de la aplicación del presente Acuerdo.

#### Artículo XII

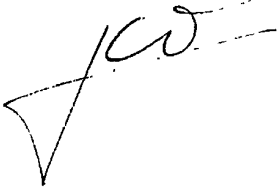
El presente Acuerdo entrará en vigor en la fecha del intercambio de sus instrumentos de ratificación y tendrá una duración de cinco años,

prorrogable automáticamente por períodos de un año salvo que una de las Partes Contratantes lo denuncie por escrito seis meses antes de su vencimiento.

En caso de denuncia, los programas y proyectos en ejecución contemplados en los acuerdos complementarios mencionados ya concluidos, seguirán rigiéndose por las disposiciones del presente Acuerdo hasta su finalización.

HECHO en Buenos Aires, a los veintinueve días del mes de abril de mil novecientos ochenta y siete, en dos ejemplares originales en idioma español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

POR EL GOBIERNO DE LA  
REPUBLICA ARGENTINA



POR EL GOBIERNO DE LA  
REPUBLICA DE CABO VERDE

